PROCESSO ADMINISTRATIVO
0177
ASSINADO ELETRONICAMENTE

ECONOMIA

Auxílio Gás. Os beneficiários inscritos no CadÚnico com Número de Inscrição Social de final 7 recebem hoje a parcela do Auxílio Gás, no valor de R$ 108. O benefício, que cobre integralmente o preço médio do botijão de 13 quilos, segue o calendário de pagamentos do Bolsa Família, com repasses previstos até 31 de outubro, quando será contemplado o grupo com NIS final 0.

Confiança atinge menor nível desde a pandemia com juros altos

O empresariado do comércio brasileiro está mais pessimista do que em qualquer momento desde a pandemia de Covid-19. Em meio ao crédito caro, à desaceleração da economia e ao endividamento elevado das famílias, a confiança do setor recuou para o pior patamar em mais de quatro anos, de acordo com pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) caiu para 95,7 pontos em outubro, permanecendo abaixo da marca neutra de 100 pelo segundo mês consecutivo e registrando o menor nível desde maio de 2021. Entre julho e outubro, o indicador acumulou uma queda de 10,3%.

O pessimismo com o futuro da economia atingiu níveis alarmantes. Em setembro e outubro, 46% e 43,6% dos empresários afirmaram esperar uma piora do cenário econômico, os maiores percentuais desde junho de 2020, quando o país ainda enfrentava os efeitos diretos da pandemia.

Segundo João Marcelo Costa, economista da CNC, o principal fator que explica a deterioração da confiança é o elevado patamar da taxa básica de juros (Selic), que segue no maior nível em quase duas décadas. "O empresário do comércio precisa se financiar, depende do fluxo de caixa para fazer contratações e investir. Quando os juros estão altos, ele precisa tomar capital de giro, o que fica mais difícil no cenário atual", explica Costa.

Investimentos

A incerteza econômica e o custo do crédito também se refletem na disposição do empresariado em investir. O índice de intenção de investimento recuou para 99,1 pontos em outubro, abaixo do patamar neutro de 100 pela segunda vez consecutiva desde novembro de 2023. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda foi de 4,2%.

Entre os diferentes tipos de investimento, a intenção de contratar funcionários teve a retração mais acentuada, passando de 121,1 pontos em junho para 112 pontos em outubro uma queda de 6,3% em relação ao mesmo período de 2024. Na comparação mensal, a baixa foi de 0,4%.

Também houve redução no interesse em ampliar os negócios, que caiu para 93,4 pontos, com quedas de 1,2% no mês e 5,7% em relação a outubro do ano passado. O único indicador positivo foi o de intenção de formar estoques, que registrou leve alta de 0,5% na comparação anual.

Para Costa, o recuo nas intenções de expansão e contratação reforça o impacto da Selic elevada sobre o custo do crédito e a confiança do setor. "O ambiente de juros altos desestimula o investimento produtivo e compromete a geração de empregos, o que acaba retroalimentando o ciclo de desaquecimento da economia", avalia.

Endividamento

Outro fator que tem pesado na percepção dos comerciantes é o endividamento recorde das famílias brasileiras. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), também da CNC, mostram que o percentual de famílias com contas em atraso chegou a 30,5% em setembro, o maior da série histórica. "As pesquisas de atividade do IBGE já indicam que a economia começa a arrefecer, e nesse cenário as pessoas consomem menos. Há muitas famílias endividadas, com menos renda disponível para gastar. Isso impacta diretamente o comércio", afirma Costa. O economista explica que, diante da restrição ao crédito e do comprometimento da renda, o consumo tende a se concentrar em itens essenciais, reduzindo o movimento em setores de bens duráveis e semiduráveis, que dependem mais de financiamento.

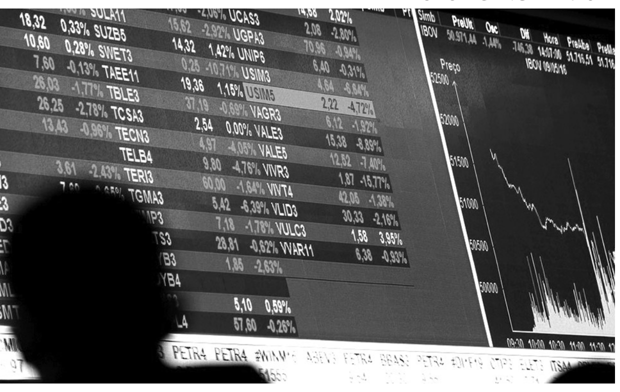
Setores

A retração da confiança atinge todos os segmentos do comércio, mas é mais acentuada entre os ramos sensíveis ao crédito, como lojas de eletrônicos, eletrodomésticos, móveis, material de construção e veículos. Nesses setores, o índice de confiança caiu 14,5% em relação a outubro de 2024.

Ibovespa renova recorde histórico com avanço de 0,55% e otimismo após Lula e Trump

Apesar da boa recepção, o governo brasileiro não espera anúncios imediatos. A previsão é que algum avanço concreto ocorra nas próximas semanas

FOTO AGÊNCIA BRASIL



O desempenho positivo do mercado refletiu o otimismo dos investidores com a reunião entre Lula e Donald Trump

O Ibovespa registrou alta de 0,55% nesta segunda-feira (27/10) e encerrou o pregão aos 146.969 pontos, novo recorde histórico de fechamento. O principal índice da Bolsa brasileira superou a marca anterior, de 146.491 pontos, registrada em 24 de setembro. Também durante a sessão, o índice renovou o recorde intradiário, alcançando 147.969 pontos logo após a abertura.

O desempenho positivo do mercado refletiu o otimismo dos investidores com a reunião entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, realizada no domingo (26), em Kuala Lumpur, na Malásia. O encontro, segundo interlocutores do governo, foi considerado "extremamente positivo" e trouxe a expectativa de uma desescalada nas tensões comerciais entre Brasil e Estados Unidos, que vinham pressionando o comércio bilateral e afetando setores estratégicos da economia brasileira. O bom humor também se refletiu no câmbio: o dólar comercial caiu 0,41%, encerrando o dia cotado a R$ 5,3702, após tocar mínima de R$ 5,360.

De acordo com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, Trump demonstrou disposição em iniciar "um período de negociação bilateral" ainda nesta segunda-feira, com o objetivo de resolver as pendências tarifárias "em pouco tempo". Lula, segundo o chanceler, defendeu que as tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos de diversos países não deveriam se aplicar ao Brasil, argumentando que o país mantém superávit na balança comercial com os norte-americanos.

Apesar da boa recepção, o governo brasileiro não espera anúncios imediatos. A previsão é que algum avanço concreto ocorra nas próximas semanas. Para Ricardo Trevisan Gallo, CEO da Gravus Capital, o encontro representa um passo importante, mas ainda inicial. "É um movimento necessário para desescalar tensões que já afetaram setores importantes do mercado brasileiro. Mas, para os investidores, trata-se de uma oportunidade, não de uma solução automática", afirmou.

Segundo Gallo, os resultados práticos dependerão da capacidade do Brasil de transformar o gesto diplomático em previsibilidade econômica. Ele avalia que um eventual acordo que preveja suspensão temporária de tarifas e cronograma claro de retirada gradual das sobretaxas poderia reduzir o prêmio de risco e abrir espaço para valorização dos ativos. "Se ficar apenas no simbólico, a incerteza continuará comprimindo investimentos", completou. Ainda assim, o mercado interpretou o encontro como sinal de que os dois países caminham para uma solução, seja pela eliminação total das tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, seja por uma redução gradual das alíquotas.

O avanço do Ibovespa também foi impulsionado por um movimento global de maior apetite por ativos de risco, após sinais de possível acordo comercial entre Estados Unidos e China. Trump afirmou que os dois países "estão prontos para alcançar uma solução" sobre o impasse envolvendo a exportação de terras raras, insumos estratégicos para a indústria tecnológica, cuja venda foi recentemente restringida por Pequim.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA – AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; N.º 2025.10.23.01PE: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 6 VEÍCULOS NOVOS, TIPO PASSEIO, 0 (ZERO) QUILÔMETRO, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, CONFORME PLANO DE TRABALHO Nº 09032025-076348, APROVADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EM ATENDIMENTO À EMENDA PARLAMENTAR Nº 202527010001, COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA/CE. DA FORMA DE DISPUTA: ABERTO. A COMISSÃO DE PREGÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE O CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS SERÁ ATÉ O DIA 10.11.2025 ÀS 08:30 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA) e que a disputa se dará no mesmo dia às 09:00 hrs. Os horários referem-se ao horário local. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço eletrônico: <https://compras.m2atecnologia.com.br/, e pelo portal do TCE-CE: http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes, a partir da data desta publicação ou na sala do Setor de Licitações, situada à Rua Lívio Rocha Veras, 549, Centro.Hugo de Oliveira Nóbrega– Pregoeiro.

BEATRIZ TÊXTIL S/A - CNPJ n.º 23.464.852/0001-35 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** - A diretoria da empresa BEATRIZ TÊXTIL S/A, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que realizar-se-á na sede da aludida Companhia, estabelecida na Rua José Tarcísio Mota Sá, 430, Distrito Industrial III, Maracanaú/CE, às 10:00hs do dia 10 de novembro de 2025, com a seguinte ordem do dia: 1) Tomada das contas do administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024; 2) Debater outros assuntos de interesse social da companhia. Maracanaú/CE, 27 de outubro de 2025. ÂNGELA MARIA PEREIRA – Presidente do Conselho. BEATRIZ TÊXTIL S/A - CNPJ n.º 23.464.852/0001-35.

O OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FORTIM, DESTE ESTADO. EDITAL USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL - Faz público, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no Art. 1.071. O Capítulo III do Título V da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 216-A, CIC art 770-H do Provimento 03/2016 da CGJ-CE, que, por parte de **LUIZ ALEXANDRE NEVES FARACO**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 112.973.038-73, registro geral de identidade nº 18.208.305-6, casado com comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/1977, com d. **ROSANA FERREIRA FARACO**, brasileira, empresária, inscrita no CPF sob o nº 094.424.858-65, registro geral de identidade nº 15.619.859-9, residente e domiciliada na Rua Rangel Pestana, nº 35, cond. SPII – Granja Viana, Cotia - SP, foi requerida a usucapião, de um Terreno urbano, com planta e memorial, de forma irregular, na escala de 1:500, na AVENIDA CENTRAL, s/n, Praia das Agulhas – Fortim – Ceará, Área Total do Terreno = 295,002. As impugnações de quem se julgar prejudicado quanto ao domínio do referido terreno, deverão ser apresentadas dentro de 15 (quinze) dias, a partir da única publicação do presente Edital. Findo o prazo, não havendo Impugnação, será concluída a usucapião extrajudicial, conforme a LEI em Vigor, com abertura da matrícula respectiva e registro, estando os documentos à disposição dos interessados neste Cartório, durante os horários regulamentares. Dado e passado nesta cidade de Fortim, aos 27/10/2025. JOSÉ VALDECI APOLINÁRIO - OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FORTIM.

AGROCOCO DO BRASIL LTDA

Torna público que requereu à Secretária Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, Licença Simplificada, referente à atividade de Projeto Agrícola de Sequeiro – sem defensivo agrícola. Empreendimento situado na Rodovia CE 085 – km 216, S/N, Zona Rural, Faz. São Roque, Acaraú – CE, CEP 62.580-000."Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de licenciamento da SEMMA.

POUSADA E RESTAURANTE BRESSANE BONAUDO LTDA – ME CNPJ nº 08.792.583/0001-42

Torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico a Regularização da Licença Ambiental Única (LAU), com sede a Av: Beira Mar, sn, Vila de Jericoacoara, município de Jijoca de Jericoacoara/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

W.HOUSE POUSADA LTDA CNPJ nº 08.348.590/0001-50

Ttorna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico a Regularização da Licença Ambiental Única (LAU), com sede a Oceano Atlântico, sn, Vila de Jericoacoara, município de Jijoca de Jericoacoara - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

MISA – MINERAIS INDUSTRIAIS S.A. CNPJ/MF sob nº 11.495.842/0001-88 - NIRE sob o nº 23300040961 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - Ficam convocados os senhores Acionistas da **MISA – MINERAIS INDUSTRIAIS S.A.** ("MISA" ou "Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e nos artigos 8º a 13º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 03 de novembro de 2025, às 10:00h, na Avenida Desembargador Lauro Nogueira, 1500 – sala 907, no bairro Papicu da cidade de Fortaleza, estado do Ceará, CEP 60176-065, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos e **(iii)** Autorizar à administração da Companhia a celebração de todos os documentos e a prática de todos os atos necessários ou convenientes para implementação das deliberações que vierem a ser aprovadas. **Instruções Gerais:** encontram-se à disposição dos Senhores (i) na sede da Companhia, (ii) no endereço em que ocorrerá a Assembleia, as demais informações acerca dos procedimentos de participação e votação na Assembleia Geral e outras instruções relativas à Assembleia Geral, poderão ser solicitadas à Diretoria da Companhia. Fortaleza, 24 de outubro de 2025. **Jaime Luiz de Oliveira e Vieira - Diretor da Companhia.**

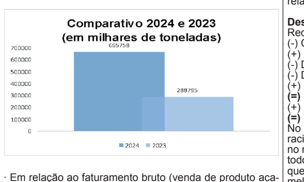
MISA - MINERAIS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ 11.495.842/0001-88 - NIRE sob o nº 23300040961 -

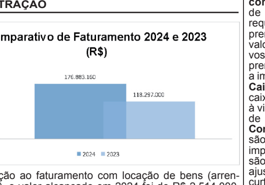
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados senhores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as notas explicativas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Iniciamos 2024 de forma confiante com novos projetos para ampliação do parque fabril com arrendamento de linha de produção de Carbonato de Calcio, além da obtenção de subvenções para investimentos responsável pela receita de R$ 12.289 (mencionada na Nota 18c). Apresentado aqui nossos resultados, temos a certeza de que estamos em uma posição sólida e consistente: · A Misa encerra 2024 com um dos melhores resultados da sua história, expansão robusta, aumento expressivo das receitas e crescimento patrimonial sustentável. · Comercializamos mais de 665.758 mil toneladas em 2024, onde simbolizamos um crescimento de 130,52% comparado com 2023:



· Em relação ao faturamento bruto (venda de produto acabado) tivemos um acréscimo de 48,93% no ano corrente em comparação a 2023, o equivalente a mais de R$ 57 milhões de faturamento bruto:



· Em relação ao faturamento com locação de bens (arrendamentos), o valor alcançado em 2024 foi de R$ 2.514.000, enquanto em 2023 o montante registrado foi de R$ 2.963.387. O Ebitda de 2024 apresentou um crescimento relevante em relação ao ano de 2023, conforme demonstrado abaixo:

DEMONSTRATIVO DO EBITDA

Descrição	2024	2023
Receita Líquida de Vendas	149.116	101.439
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(89.245)	(59.813)
(+) Deprec., Amortização e Exaustão	11.551	-
(-) Despesas com Vendas	(15.763)	5.974
(-) Despesas Administrativas	(23.616)	(16.361)
(+) Deprec., Amortização e Exaustão	7.075	4.408
(=) EBITDA	**39.108**	**23.699**
(+) Receita de Subvenção p/Investimento	12.289	10.133
(=) EBITDA Ajustado	**51.397**	**33.832**

No entanto, o Ebitda Ajustado (considerando a receita operacional proveniente das subvenções para investimentos) é no montante de R$ 51.397. A Administração vem agradecer a todos os seus clientes, fornecedores e Instituições financeiras, que não deixaram de colaborar e acreditar na condução de melhores negócios, aos seus funcionários pela dedicação e colaboração para alcançar os objetivos, e, principalmente aos seus acionistas, pela confiança demonstrada em nossa gestão. Fortaleza, 31 de dezembro de 2024. A ADMINISTRAÇÃO.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.649	5.283
Títulos e valores mobiliários	5	-	94
Contas a receber de clientes	6	15.813	13.903
Estoques	7	10.213	10.566
Adiantamentos a fornecedores	8	38.277	1.188
Créditos fiscais	9	4.625	3.537
Despesas antecipadas	10	1.811	40
Outras contas a receber		7.072	8.101
		81.460	**42.712**
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	1.795	25
Despesas antecipadas	10	1.680	-
Partes relacionadas	11	177	1.645
Imobilizado	12	114.584	39.868
		118.236	**41.538**
Total do ativo		**199.696**	**84.250**
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	10.416	6.720
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	16.281	16.067
Passivos de arrendamentos	15	15.824	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	16	7.873	5.127
Adiantamento de clientes		634	2.614
Dividendos a pagar		937	-
Outras obrigações		4.464	6.400
		56.429	**36.928**
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	25.465	2.644
Passivos de arrendamentos	15	53.132	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	16	4.440	3.625
Partes relacionadas	11	9.348	26
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	940
Outras obrigações		2.551	5.597
		94.936	**12.832**
Patrimônio líquido	18		
Capital social		500	500
Reserva Legal		102	219
Reserva de incentivo fiscal		12.399	10.133
Reserva de lucros		35.330	23.638
		650.068	**34.490**
Total do passivo e patrimônio líquido		**199.696**	**84.250**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
Receita líquida de vendas	19	**149.116**	**101.439**
(-) Custo dos produtos vendidos	20	(89.245)	(59.813)
Lucro bruto		**59.871**	**41.626**
(Despesas)/receitas operacionais, líquidas			
Com vendas	20	(15.773)	(5.974)
Gerais e administrativas	20	(16.541)	(11.952)
Depreciação e exaustão	20	(7.075)	(4.408)
Resultado operacional		**20.482**	**19.292**
Receitas financeiras	21	1.299	771
Despesas financeiras	21	(14.181)	(4.282)
Resultado financeiro, líquido	21	**(12.882)**	**(3.511)**
Receita de incentivo fiscal	18	12.289	10.133
Outras receitas		2.235	2.963
Outras receitas operacionais		**14.524**	**13.096**
Resultado antes dos Impostos sobre a Renda		**22.124**	**28.877**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(3.716)	(4.729)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(949)	(1.753)
Lucro líquido do exercício		**17.459**	**22.395**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/24	31/12/23
Lucro líquido do exercício	**17.459**	**22.395**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**17.459**	**22.395**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/24	31/12/23
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	17.459	22.395
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação, amortização e exaustão	18.626	4.408
Provisão p/devedores duvidosos	440	484
	36.525	27.287
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(2.350)	(3.595)
Estoques	353	(3.040)
Adiantamentos a fornecedores	(37.089)	691
Créditos fiscais	(1.088)	(69)
Despesas antecipadas	(3.451)	453
Outras contas a receber	1.029	(7.907)
Fornecedores	3.696	(1.526)
Passivos de arrendamentos	(14.100)	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	3.561	711
Adiantamentos de clientes	(1.980)	2.133
Outras obrigações	(4.802)	(6.234)
Caixa líquido (consumido nas)/gerado pelas atividades operacionais	**(19.696)**	**8.904**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(1.676)	2.813
Empréstimos a partes relacionadas	1.468	5.416
(Aquisições)/baixas de imobilizado, líquidas	(10.286)	(9.972)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(10.494)**	**(1.743)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(2.861)	(2.677)
Captação/(amortização) de empréstimos e financiamentos	23.035	(467)
Captação/(amortização) de empréstimos com partes relacionadas	9.322	26
Adiantamento para futuro aumento de capital	(940)	940
Caixa líquido gerado pelas/(consumido nas) atividades de financiamento	**28.556**	**(2.178)**
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**(1.634)**	**4.983**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.283	300
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.649	5.283
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**(1.634)**	**4.983**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social: Subscrito	Capital social: A integralizar	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**500**	**-**	**219**	**-**	**14.127**	**-**	**14.846**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.395	22.395
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	10.133	-	(10.133)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.677)	(2.677)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	9.585	(9.585)	-
Outras mutações no patrimônio líquido	-	-	-	-	(74)	-	(74)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**500**	**-**	**219**	**10.133**	**23.638**	**-**	**34.490**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.459	17.459
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	2.266	-	(2.266)	-
Aumento de capital	12	(12)	-	-	-	-	-
Reversão de reserva legal	-	-	(117)	-	117	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.798)	(3.798)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	11.395	(11.395)	-
Outras mutações no patrimônio líquido	-	-	-	-	180	-	180
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**512**	**(12)**	**102**	**12.399**	**35.330**	**-**	**48.331**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - A Misa Minerais industriais S.A. ("Companhia") foi constituída em janeiro de 2010 e tem por objeto a extração, o beneficiamento e a comercialização de minerais não metálicos, produzindo principalmente carbonato de cálcio e óxido de cálcio. Desde as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado impacto adicional aos divulgados nas demonstrações financeiras anuais, no que tange os temas a seguir: **(i)** Cumprimento de obrigações contidas nos contratos de dívida; **(ii)** Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores; **(iii)** Matriz de riscos para o cálculo da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD); **(iv)** Estimativa de perda dos estoques por decorrência de baixo giro e alteração do valor realizável. **2. Apresentação das demonstrações contábeis -** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais diretrizes instituídas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil como parte integrante das demonstrações financeiras. Pelas normas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 07 de outubro de 2025. **3. Principais práticas contábeis adotadas - a) Apuração do resultado -** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis -** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos significativos. Os resultados efetivos envolvendo essas premissas podem ser diferentes dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **c) Caixa e equivalentes de caixa -** O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie e depósitos bancários à vista, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **d) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos incidentes nas operações. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações contábeis. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). **e) Estoques -** Os estoques de matérias primas e almoxarifado estão avaliados ao custo médio de aquisição e/ou extração. Os estoques de produtos acabados estão avaliados ao custo médio de produção e não superam os valores de mercado. **f) Imobilizado -** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear. **Encargos de depreciação -** O ativo imobilizado da Companhia, após análises de fontes internas e externas de informação, não apresentou qualquer indício de perda ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia. * A taxa de depreciação dos Bens de Uso considerou o prazo do contrato, conforme a seguir:

Objeto de Locação	TX. Anual Depreciação
Hilux/Toyota - Placa MNW 5656/PA	20%
Arrendamento Forno de Calcinação	10%
Parque Industrial	20%
Arrendamento Terreno Carbopar	5,88%

Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens do imobilizado e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. A administração da Companhia não identificou indícios de perda sobre os seus ativos durante o exercício de 2024. **Direito de uso de ativo de arrendamento -** A Companhia adotou o pronunciamento CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da maneira jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. **g) Provisões -** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Conforme os assessores jurídicos da Companhia, não há causas relevantes que mereçam citação em destaque. **h) Fornecedores e outras contas a pagar -** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **i) Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **j) Imposto de Renda e Contribuição Social -** A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é computada com base na legislação vigente na data do balanço. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ mil 240 no período de 12 meses, enquanto a Contribuição Social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O Imposto de Renda é calculado com base no lucro tributável do exercício, como determinado pela legislação atual. A Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas em vigor, considerando o lucro antes dos impostos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **k) Demonstrações dos fluxos de caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas com base no método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **l) Critérios de reconhecimento das receitas -** As receitas de venda são reconhecidas pelo regime de competência. A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47: **1** Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; **2** Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; **3** Determinar o preço de cada tipo de transação; **4** Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; **5** Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a Companhia satisfaz cada obrigação do contrato. **m)** Os demais ativos são demonstrados pelos valores de realização, e os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos.

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/24	31/12/23
Caixa	-	1
Bancos	1.564	48
Aplicações financeiras (a)	2.085	5.234
	3.649	**5.283**

(a) Aplicações exigíveis a longo prazo são cláusulas do CRI 354 adquiridos pela Companhia em 30 de setembro de 2024.

5. Títulos e valores mobiliários	31/12/24	31/12/23
Aplicação financeira - conta vinculada CRI	1.770	94
Título de capitalização	25	25
	1.795	**119**
Circulante	-	94
Não circulante	1.795	25

O prazo de vencimento da aplicação financeira que se refere ao CRI é 08 de outubro de 2029.

6. Contas a receber de clientes	31/12/24	31/12/23
Duplicatas a receber	16.822	14.472
(-) provisão p/ devedores duvidosos	(1.009)	(569)
	15.813	**13.903**

A Companhia tem 28% das suas duplicatas a receber condicionadas ao cliente Arcelor Mital Pecém S.A.

A seguir, está demonstrada a abertura do *aging list*:

	31/12/24
A vencer	11.404
Vencidos até 360 dias	4.175
Vencidos a mais de 360 dias	1.243
	16.822

Movimentação da provisão para devedores duvidosos	31/12/24	31/12/23
Saldos no início do período	(569)	(85)
Constituição de provisão p/ devedores duvidosos	(440)	(484)
Saldos no final do período	**(1.009)**	**(569)**

7. Estoques	31/12/24	31/12/23
Produtos acabados	2.057	1.377
Produto em elaboração	259	943
Mercadoria para revenda	62	30
Matéria prima e almoxarifado	7.835	8.216
	10.213	**10.566**

A Companhia apresentou uma diminuição de 3% no saldo de estoques comparando o ano de 2024 com o ano de 2023.

8. Adiantamentos a fornecedores	31/12/24	31/12/23
Fornecedores partes relacionadas (a)	32.835	-
Demais fornecedores	5.442	1.188
	38.277	**1.188**

(a) Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de adiantamento a fornecedores é de R$ 38.277 (R$ 1.188 em 31 de dezembro de 2023), composto dentro desse saldo a Misa efetuou um adiantamento no valor de R$ 32.835 à fornecedores partes relacionadas. Essa operação representa um pagamento antecipado estratégico para assegurar o fornecimento contínuo de bens e/ou serviços essenciais para as atividades operacionais da Misa. O valor foi devidamente registrado no ativo circulante sob a conta "Adiantamentos a Fornecedores". A baixa desse adiantamento ocorrerá progressivamente, à medida que a parte relacionada cumprir suas obrigações contratuais de entrega de produtos ou prestação de serviços. Esta transação reflete uma prática comercial estratégica consistente na manutenção da principal matéria prima visando garantir a execução eficiente dos projetos da Misa, alinhada aos seus objetivos estratégicos de longo prazo.

9. Créditos fiscais	31/12/24	31/12/23
IRRF a compensar	87	2
IOF a compensar	140	140
IRPJ - antecipação	929	87
CSLL - antecipação	306	-
ICMS a recuperar	584	901
PIS a recuperar	290	214
COFINS a recuperar	2.289	2.193
	4.625	**3.537**

A Companhia tem 50% dos créditos fiscais referentes a IRPJ/CSLL antecipado e 38% de PIS/COFINS a recuperar. Os créditos de ICMS são referentes as unidades de Limoeiro e Ocara. O valor de IRRF é proveniente das aplicações financeiras.

10. Despesas antecipadas	31/12/24	31/12/23
Seguros a apropriar	55	40
Reforma de forno	1.756	-
Depósitos em caução de aluguel	1.680	-
	3.491	**40**
Circulante	1.811	40
Não circulante	1.680	-

Durante o exercício de 2024, foram apresentados os saldos de R$ 1.811 no ativo circulante e R$ 1.680 no ativo não circulante e foram registradas alterações relevantes na composição do ativo não circulante, conforme segue: • O valor de R$ 1.756 foi classificado como Despesas Antecipadas – Reforma de Fornos, correspondente aos custos incorridos na reforma de forno industrial. Tais despesas serão apropriadas ao resultado de maneira sistemática e racional ao longo de 18 meses, período estimado de benefício econômico futuro, em conformidade com o regime de competência e os princípios contábeis aplicáveis; • Foi registrado o montante de R$ 1.680 a título de Depósito em Caução de Aluguel, decorrente de contrato firmado entre a Misa e a Carbopar, caracterizando-se como um ativo realizável a longo prazo, não sujeito a remuneração, vinculado à vigência contratual.

11. Transações com partes relacionadas

Ativo	31/12/24	31/12/23
Partes relacionadas		
Jaime Luiz de Oliveira Vieira	177	1.645
	177	**1.645**
Outras transações com partes relacionadas		
Adiantamentos a fornecedores – ver Nota Explicativa nº 8	32.835	-
	32.835	**-**
Passivo	**31/12/24**	**31/12/23**
Partes relacionadas		
Atlantic Minerais Participações Societárias S.A.	4.850	-
Liberty Participações S.A.	3.082	-
Minaspar Participações	533	-
Outras partes relacionadas	883	26
	9.348	**26**

12. Imobilizado

(a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Depreciação acumulada	31/12/2024 Valor Líquido	31/12/2023
Terrenos		549	-	549	658
Edificações	4% a.a.	905	-	905	629
Benfeitoria		3.116	(590)	2.526	2.614
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	35.000	(11.590)	23.410	25.004
Instalações	10% a.a.	374	(109)	265	214
Móveis e utensílios	10% a.a.	170	(37)	133	153
Equipamento de processamento de dados	10% a.a.	95	(68)	27	24
Ferramentas e Dispositivos	20% a.a.	125	(24)	101	70
Big Bag com retorno	10% a.a.	375	(112)	263	292
Veículos	20% a.a.	2.486	(1.705)	781	1.220
Adiantamento para inversões fixas		78	-	78	80
Obras em andamento - galpões		7.593	-	7.593	8.388
Direito de uso	*	83.566	(14.614)	68.956	522
Minas e jazidas		8.997	-	8.997	-
		143.429	**(28.845)**	**114.584**	**39.868**

(b) Movimentação

	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Terrenos	658	-	(109)	-	549
Edificações	629	546	(270)	-	905
Benfeitoria	2.614	-	-	(88)	2.526
Máquinas e equipamentos	25.004	2.505	(790)	(3.309)	23.410
Instalações	214	81	-	(30)	265
Móveis e utensílios	153	72	(76)	(16)	133
Equipamento de processamento de dados	24	19	-	(16)	27
Ferramentas e Dispositivos	70	100	(56)	(13)	101
Big Bag com retorno	292	-	-	(29)	263
Veículos	1.220	490	(450)	(479)	781
Adiantamento para inversões fixas	80	-	(2)	-	78
Obras em andamento - galpões	8.388	-	(795)	-	7.593
Direito de uso	522	83.204	(148)	(14.622)	68.956
Minas e jazidas	-	9.021	-	(24)	8.997
	39.868	**96.038**	**(2.696)**	**(18.626)**	**114.584**

13. Fornecedores - O valor a pagar de fornecedores corresponde a R$ 10.416 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 6.720 em 31 de dezembro de 2023) aumentou em aproximadamente 55% quando comparado os dois exercícios. O aumento se deu em função da ampliação do prazo de pagamento a fornecedores para melhora do ciclo financeiro.

14. Empréstimos e financiamentos

Banco	31/12/2024	31/12/2023	Curto prazo	Longo prazo
Banco Bradesco	172	172	172	-
Banco CNH	604	1.584	604	-
Sofisa	2.552	2.312	2.495	57
Banco Itaú	417	512	19	398
Daycoval Leasing - Banco Multiplo S.A.	2.148	3.193	43	2.105
CRI 483	-	9.035	-	-
CRI 354	29.263	-	8.572	20.064
3 F Fomento Mercantil	1.251	993	1.251	-
Liberty Securitizadora	8.139	2.711	7.443	-
Outros contratos de financiamento	226	76	174	52
(-) Custos a amortizar	(3.026)	(1.877)	(2.300)	(356)
	41.746	**18.711**	**18.473**	**22.320**

O valor do endividamento bancário aumentou em 2024 mais de 123% se comparado ao exercício de 2023, porém, aproximadamente 39% estão concentrados no curto prazo e 61% no longo prazo. **Garantias e obrigações contratuais** - Alguns instrumentos de dívidas possuem obrigações de manutenção de alguns indicadores financeiros mínimos com o risco de terem seus vencimentos antecipados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se encontrava em conformidade com as cláusulas restritivas de seus contratos.

15. Passivos de arrendamentos	31/12/24	31/12/23
Veículos	247	-
Edificações	68.709	-
	68.956	**-**
Circulante	15.824	-
Não circulante	53.132	-

Valor referente a aquisição de estoque e bens do ativo imobilizado. Essa operação faz parte da estratégia de ampliação do parque fabril da Companhia e deu-se em 47 parcelas. O aumento significativo no saldo decorre, substancialmente, da adoção plena da CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, com reflexo a partir de contratos iniciados no início de 2024. A aplicação da norma resultou no reconhecimento de obrigações de arrendamento financeiro relacionadas a contratos anteriormente classificados como operacionais, abrangendo arrendamentos de fornos industriais, galpões, parque industrial e veículos. Como consequência, os valores anteriormente apropriados como despesa de aluguel passaram a ser reconhecidos como amortização de ativos de direito de uso e despesas financeiras sobre os passivos de arrendamento. Tal mudança trouxe maior transparência e aderência às Normas Contábeis Internacionais, refletindo, no passivo, a totalidade das obrigações associadas aos contratos de arrendamento vigentes.

16. Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	31/12/24	31/12/23
IRRF	20	63
CSRF	27	11
FGTS a recolher	160	65
INSS a recolher	1.413	243
IRPJ a recolher	1.680	-
CSLL a recolher	683	826
PIS a recolher	-	214
COFINS a recolher	112	995
CFEM a recolher	165	75
IOF a recolher	5	5
ICMS a recolher	806	-
ITR a recolher	2	-
Provisão de férias e encargos incidentes	992	1.280
Parcelamentos Federais	6.248	4.975
	12.313	**8.752**
Circulante	7.873	5.127
Não circulante	4.440	3.625

17. Provisões para contingências - A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais e na experiência anterior julgou que não há provisões para contingências classificadas como perdas prováveis a serem registradas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Adicionalmente, a Companhia possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda possível no valor de R$ 137.**18. Patrimônio Líquido - a) Capital social -** O capital social integralizado da Companhia está composto de 128.800 ações ordinária nominativa, sem valor nominal, totalizando R$ 500 em 31 de dezembro de 2024. **b) Reserva legal -** A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do saldo de capital social. **c) Reserva de incentivo fiscal -** A Companhia mantém saldos de subvenções para investimento de ICMS (termo de acordo) e da SUDENE, conforme determina o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 e o artigo 30 da Lei nº 12.973/14. O saldo apresentado é de R$ 10.133 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

19. Receita líquida de vendas	31/12/24	31/12/23
Venda de produtos - mercado interno	176.061	118.297
Venda de produtos - mercado externo	722	-
Receita de locação de bens	2.514	-
Receita bruta de vendas	**179.297**	**118.297**
(-) CFEM	(226)	-
(-) ICMS	(18.527)	(11.239)
(-) PIS	(1.813)	(957)
(-) COFINS	(8.353)	(4.409)
(-) Vendas canceladas	(1.262)	(253)
(-) Deduções da receita	**(30.181)**	**(16.858)**
	149.116	**101.439**

20. Custos e despesas líquidos, por natureza	31/12/24	31/12/23
Custo das mercadorias vendidas	(73.702)	(59.336)
Água e esgoto	(6)	(34)
Aluguéis	(702)	(6)
Combustíveis e lubrificantes	(2.068)	(314)
Comissão de vendas	(1.417)	(703)
Cursos e treinamentos	(39)	(6)
Depreciações	(18.626)	(4.408)
Energia	(378)	(812)
Folha de pagamento	(5.278)	(3.175)
Fretes	(15.111)	(152)
Internet, conectividade e afins	(109)	(53)
Manutenção e conservação	(414)	(118)
Serviços de terceiros	(283)	(119)
Provisão p/ devedores duvidosos	(440)	(484)
Outros custos e despesas	(10.061)	(12.427)
	(128.634)	**(82.147)**
(-) Custo dos produtos vendidos	(89.245)	(59.813)
Despesas com vendas	(15.773)	(5.974)
Despesas gerais e administrativas	(16.541)	(11.952)
Despesas com depreciação e exaustão	(7.075)	(4.408)
	(128.634)	**(82.147)**

21. Resultado financeiro, líquido	31/12/24	31/12/23
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	14	1
Juros e descontos obtidos	149	161
Rendimento de aplicações financeiras	1.135	609
Outras receitas financeiras	1	-
	1.299	**771**
Despesas financeiras		
Variação cambiais passivas	(4)	(25)
Juros e multas	(5.721)	(769)
Tarifas bancárias	(229)	(169)
Descontos concedidos	(124)	(7)
Juros sobre arrendamentos	(3.355)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.748)	(3.312)
	(14.181)	**(4.282)**
	(12.882)	**(3.511)**

22. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/24	31/12/23
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	3.649	5.283
Títulos e valores mobiliários	1.795	119
Contas a receber de clientes	15.813	13.903
Empréstimos a pessoas ligadas	177	1.645
Outras contas a receber	7.072	8.101
Passivos, conforme o balanço patrimonial	**31/12/24**	**31/12/23**
Fornecedores	10.416	6.720
Empréstimos, financiamentos e debêntures	41.746	18.711
Passivos de arrendamentos	68.956	-
Obrigações com partes relacionadas	9.348	26
Outras obrigações	7.016	11.997

b) Gerenciamento dos riscos financeiros - A Instituição possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **(i) Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Instituição de clientes. Este risco está, principalmente, associado ao não recebimento das contas a receber. As contas correntes bancárias, depósitos em garantia, títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras consideradas pela Administração como de alto *rating*. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Analisando a carteira de recebíveis, não há concentração de risco de crédito e de negócio. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **(ii) Risco de liquidez -** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2024. **(iii) Riscos de mercado -** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. **23. Eventos subsequentes -** Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do exercício e a data de aprovação da emissão dessas demonstrações contábeis. **Jaime Luiz de Oliveira e Vieira -** Diretor - CPF: 389.453.633-00, **Francisco Bastos Sampaio Neto -** Contador CRC-CE 9968/O-1.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Sócios da **Misa – Minerais Industriais S.A.** Fortaleza - CE. **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da **Misa – Minerais Industriais S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Misa – Minerais Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita** - Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de maneira confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de reconhecimento de receita representa a principal fonte de financiamento da Companhia. **Resposta da auditoria ao assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Indagação junto à Administração quanto à existência da operação; Avaliação da exatidão e integridade das receitas; Teste documental, em base amostral; e, Avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas, consideramos que os registros das receitas estão adequados, assim como as suas respectivas divulgações. Outros assuntos - **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - As demonstrações contábeis da **Misa – Minerais Industriais S.A**. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 26 de março de 2024 com opinião sem modificação sobre estas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer maneira de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 10 de outubro de 2025. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 CE 001465/F-0, João Paulo Dias Neves - Contador CRC 1 BA 027946/O-6 – S - CE.